

SECRETARIA REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL,**Despacho n.º 10/2022****Sumário:**

Nomeia a Dra. Lília Gouveia Farinha, para exercer funções em regime de substituição no cargo de Chefe de Divisão do Gabinete de Assuntos Jurídicos, do Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM, abreviadamente designado por IASAÚDE, IP-RAM.

Texto:

O Decreto Legislativo Regional n.º 22/2008/M, de 23 de junho, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 10/2011/M, de 27 de abril, e 14/2012/M, de 9 de julho, procedeu à criação do Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM, adiante designado por IASAÚDE, IP-RAM, e aprovou em anexo a respetiva orgânica.

Através da Portaria n.º 325/2021, publicada no JORAM, I Série, n.º 108, de 17 de junho de 2021, da Vice-Presidência e dos Assuntos Parlamentares e da Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil, foram aprovados os Estatutos do Instituto da Administração da Saúde, IP-RAM.

Considerando que, nos termos do artigo 2.º conjugado com o artigo 12.º do anexo à referida Portaria, o Gabinete de Assuntos Jurídicos, do IASAÚDE, IP-RAM, é dirigida por um Chefe de Divisão, cargo de direção intermédia de 2.º grau;

Considerando que, o anterior titular cessou funções, o que gerou a vacatura do lugar;

Considerando que, até ao provimento do cargo de direção em apreço, através de procedimento concursal, importa assegurar o regular funcionamento daquele serviço, impondo-se que se proceda à nomeação de um dirigente com competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo na área de Assuntos Jurídicos;

Considerando que a Licenciada em Direito, Dra. Lília Gouveia Farinha, Jurista da ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A., reúne os requisitos legais para o preenchimento do cargo, bem como a experiência e a qualificação profissional necessárias para assegurar as respetivas funções, conforme evidenciado na nota curricular, anexa ao presente despacho e do qual faz parte integrante.

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 20.º e 27.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual e artigos 3.º-A e 5.º-B do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de abril, alterado e republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 27/2006/M, de 14 de julho e 27/2016/M, de 6 de julho, e na alínea i) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2020/M, de 2 de janeiro, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 29/2020/M, de 5 de maio, retificado pela Declaração de Retificação n.º 21/2020, publicada no Diário da República, I Série, n.º 102, de 26 de maio e no n.º 3 do artigo 2.º do Anexo à Portaria n.º 325/2021, publicada no JORAM, I Série, n.º 108, de 17 de junho, determino o seguinte:

1. Nomear a Jurista da ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A., Dra. Lília Gouveia Farinha, para exercer funções em regime de substituição no cargo de Chefe de Divisão do Gabinete de Assuntos Jurídicos, cargo de direção intermédia de 2.º Grau.

2. A presente nomeação é feita por urgente conveniência de serviço e produz efeitos a 17 de janeiro de 2022.

3. A nota curricular da ora nomeada consta em Anexo ao presente despacho e dele faz parte integrante.

Esta despesa tem cabimento orçamental na Secretaria 46, Capítulo 01, Divisão 01, Subdivisão 00, nas respetivas Classificações Económicas 01.01.03.00.00

Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil, no Funchal, aos 13 dias do mês de janeiro de 2022.

O Secretário Regional de Saúde e Proteção Civil, Pedro Miguel da Câmara Ramos

ANEXO**Nota Curricular****Dados pessoais:**

Nome: Lília Gouveia Farinha

Nacionalidade: Portuguesa

Data de nascimento: 23 de julho de 1979

Habilitações académicas:

- Pós-Graduação sobre “Direito da Água”, em 2016, no Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1997-2002).

Experiência Profissional:

- Entre junho de 2011 a dezembro de 2021 - Jurista, na IGSERV – Investimentos, Gestão e Serviços, S.A., atualmente ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A..
- Entre outubro de 2009 e maio de 2011 - Jurista na Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A..
- Entre abril de 2008 e setembro de 2009 - Diretora de Serviços Jurídicos, na Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A..

- Entre abril de 2006 e maio de 2008 - Responsável pelas Áreas de Estudos e Pareceres e Contratos, na Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A..
- Entre março de 2005 e abril de 2006 - Consultora Jurídica na Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A..
- Em fevereiro de 2005 - Consultora Jurídica no Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais.
- Entre outubro de 2004 e janeiro de 2005 - Consultora Jurídica na Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A., através de contrato de prestação de serviços.
- Entre março de 2004 e setembro 2004 - Consultora Jurídica no Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais.
- Entre junho de 2003 e fevereiro de 2004 - Consultora Jurídica no Parque Natural da Madeira, pertencente à Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, mediante um contrato de Formação, no âmbito do Programa “Estágios Profissionais”.
- Entre 2005 e 2012 - Exercício de Advocacia.

Formação Profissional:

- "As medidas especiais de Contratação e a Revisão do Código dos Contratos Públicos de 2021", realizada pela Ordem dos Advogados, em novembro de 2021;
- "E-Curso de Legística", realizada pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, junho de 2020;
- "Contratos públicos: Grandes questões no contexto da Crise Covid-19", realizada pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, maio de 2020;
- "Contratação Pública à luz do Código dos contratos públicos revisto – Entidade Adjudicantes", realizada JM - Madeira., janeiro de 2018;
- "Código da Contratação Pública", realizada pela QVO Legis, Unipessoal, Lda., dezembro de 2017;
- "Contratação Pública e Contencioso Pré-Contratual - A Luz do Código dos Contratos Públicos Revisto", setembro de 2017;
- Participação na conferência internacional de encerramento do curso da pós-graduação sobre "International Conference on Adapting to Climate Change – ACC2016", junho de 2016;
- "Os atuais Códigos do Procedimento Administrativo dos Contratos Públicos e do Processo nos Tribunais Administrativos", realizada pela Direção Regional da Administração Pública, março de 2016;
- "Código dos Contratos Públicos", realizada pela Direção Regional da Administração Pública, maio de 2011;
- "Sensibilização em Combate a Incêndios com Extintores", realizada pela Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, outubro de 2010;
- "Acordos Quadro e Centrais de Compras no Contexto do CCP", realizada pelo Instituto Nacional de Administração (INA), abril de 2010;
- "Apresentação do Código dos Contratos Públicos", realizado pela empresa Consulgal – Consultores de Engenharia e Gestão, S.A., julho de 2008;
- "Novo Código da Contratação Pública: As Grandes Mudanças", realizado pela Associação de Comércio e Indústria do Funchal (ACIF), junho de 2008;
- "Análise Prática do Código dos Contratos Públicos", realizada pela NPF - Pesquisa e Formação, novembro de 2007;
- "Conferência o Novo Regime da Contratação Pública no Código dos Contratos Públicos", realizada pela NPF - Pesquisa e Formação, novembro de 2007;
- "Colóquio a Nova Reforma do Tribunal de Contas", realizada pelo Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local (CEDREL), outubro de 2006;
- "A Gestão Privada de Serviços Públicos: Modelagem de Parcerias Público/Privadas", realizada pelo INA, junho de 2006;
- "Curso de Especialização em Expropriações por Utilidade Pública", realizada pelo Instituto Fundos Comunitários, maio de 2006;
- "O Contencioso Administrativo - Aspectos Práticos", realizada pelo INA, março de 2006;
- "Código do Trabalho", realizada pela Associação de Comércio e Indústria do Funchal (ACIF), março de 2005;
- "Despesas e Obras Públicas - do Aviso à Adjudicação", realizada pelo INA, abril de 2005;
- "Recursos em Processo Civil", março de 2004;
- "Justiça e Comunicação Social", março de 2004;
- "O Estado da Justiça", março de 2004;
- "O Novo Código do Trabalho", março de 2004;
- "Dissentimento na relação entre o médico e o paciente", fevereiro de 2004;
- "Transformações do Direito da Família", fevereiro de 2004;
- "A Guerra civil nas estradas portuguesas", janeiro de 2004;
- "Avaliação e reparação dos danos corporais em direito civil", janeiro de 2004;
- "Novo Processo do Contencioso Administrativo", novembro de 2003;
- "A Reforma da Acção Executiva", junho de 2003;
- "Mediação em Processo Tutelar Educativo", junho de 2003;
- "O Crime de Intervenções Cirúrgicas e Tratamento Médico-Cirúrgicos Arbitrários", março de 2003;
- "Novos Desafios para o Direito do Trabalho", março de 2003;
- "Anulação de Actos Administrativos Lesivos – Regime Actual e Regime Futuro", fevereiro de 2003;
- "A Reforma do Código Civil no Livro das Sucessões", fevereiro de 2003;
- "O Regime Fiscal das Fundações", janeiro de 2003;
- "Os Prazo em Processo Civil", janeiro de 2003;
- "Congresso da Justiça", abril de 2003;
- "Seminário sobre a Análise das Novas Tecnologias", novembro de 2002.